

**CARGO – 1016 – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**  
**PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS GERAIS**

**TEXTO (servirá para responder várias questões):**

1 “ Envolta por uma camada cada vez mais espessa de dióxido de carbono e outros  
2 gases tóxicos, emitidos por chaminés de fábricas, descargas de automóveis, turbinas  
3 de aviões e outros agentes poluidores, a Terra há tempos vem dando sinais de que  
4 algo vai mal com sua saúde. Blocos de gelo com tamanho três vezes maior que a  
5 cidade do Rio de Janeiro têm-se desprendido subitamente dos pólos. Uma inesperada  
6 onda de calor matou 30 000 pessoas na Europa, em 2003. Nos oceanos, os corais  
7 estão morrendo e os plânctons – base de toda a cadeia alimentar subaquática – correm  
8 risco de extinção. No ano passado, um ciclone atingiu o litoral brasileiro, desafiando  
9 a orgulhosa crença nacional de que o país é imune a desastres naturais desse tipo. Por  
10 trás de todos esses fenômenos está o acúmulo de dióxido de carbono, ou CO<sub>2</sub>, na  
11 atmosfera. Como o teto de uma estufa de plantas, ele impede que parte do calor do  
12 Sol que chega à Terra volte ao espaço e se disperse. O resultado é que, nas últimas  
13 décadas, a temperatura média do planeta subiu 1 grau. Parece pouco, mas é o sufici-  
14 ente para causar os desequilíbrios que se vêm observando na natureza. A má notícia  
15 é que, se as emissões de CO<sub>2</sub> se mantiverem nos níveis atuais, até o fim do século a  
16 temperatura média do planeta pode aumentar em até 6 graus, causando um efeito  
17 dominó de catástrofe.

(Okky de Souza: *O calor que ameaça a vida*. Veja, 23 fev. 2005, p. 63)

1. A opção correta, de acordo com o texto, é:
  - a) Porque as remissões de CO<sub>2</sub> se mantiveram nos níveis atuais, a temperatura do planeta com certeza subirá 6 graus até o final do século.
  - b) Para os brasileiros, o país é imune a ciclones; somos um povo orgulhoso de nossas crenças.
  - c) O CO<sub>2</sub> atua como uma estufa de plantas, impedindo que o Sol aqueça adequadamente nosso planeta.
  - d) Conseqüência da poluição, o clima da Terra está-se alterando drasticamente.
  
2. Assinale a opção **INCORRETA**, em relação ao texto.
  - a) As palavras têm (linha 5) e vêm (linha 14) remetem, respectivamente, a Blocos de gelo e desequilíbrios.
  - b) Em Como o teto de uma estufa de plantas (linha 11) há idéia de comparação.
  - c) O pronome ele (linha 11) remete a teto de uma estufa de plantas.
  - d) Em desse tipo (linha 9) e esses fenômenos (linha 10) os pronomes demonstrativos referem-se a substantivos anteriormente mencionados.

3. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto à acentuação gráfica.
- a) As palavras tóxicos e fábricas recebem acento gráfico por serem proparoxítonas.
  - b) Em saúde e país o acento gráfico se justifica por haver hiato com, respectivamente, u e i tônicos.
  - c) As palavras há, má e três recebem acento gráfico pela mesma razão de até e chaminés.
  - d) A mesma regra gramatical que exige acento gráfico em automóveis e equilíbrio é aplicada a média, notícia e níveis.
4. Assinale a opção **INCORRETA**.
- a) Na linha 13, mas é conjunção coordenada adversativa.
  - b) O se, em têm-se desprendido (linha 5) e se mantiverem (linha 15), é pronome reflexivo; em se as emissões (linha 15) é conjunção condicional.
  - c) As expressões de gelo (linha 4) e de calor (linha 6) são locuções adjetivas.
  - d) Na expressão há tempos (linha 3), substituindo-se a forma verbal do verbo *haver* pela forma correspondente de fazer o verbo irá para o plural.
5. Assinale a alternativa **INCORRETA**, quanto à pontuação.
- a) Os travessões da linha 7 enfatizam o termo intercalado; podem ser substituídos pela dupla vírgula.
  - b) Na linha 11, a vírgula separa uma oração subordinada adverbial anteposta à oração principal.
  - c) As vírgulas em No ano passado (linha 8) e nas últimas décadas (linhas 12-13) isolam adjuntos adverbiais deslocados.
  - d) As vírgulas depois de tóxicos, fábricas e automóveis (linha 2) têm apenas valor enfático podendo, portanto, ser eliminadas.
6. Assinale a opção em que os espaços das frases ficam corretamente preenchidos com as formas entre parênteses, segundo a norma culta da língua.
- a) Procure conhecer nossas tradições culturais, quando \_\_\_\_\_ de tempo. Verá que elas têm tudo \_\_\_\_\_ você. (dispor – haver)
  - b) Se você \_\_\_\_\_ à região de colonização germânica e \_\_\_\_\_ nossas Festa do Imigrante Alemão e Festa do Chucrute, ficará feliz. (vier – vir)
  - c) Amanhã sem falta \_\_\_\_\_ os documentos que o senhor nos solicitou. (estaremos enviando)
  - d) No início das colonização \_\_\_\_\_ freqüentes incursões de piratas franceses, holandeses e ingleses ao território capixaba, \_\_\_\_\_ representou muita luta para os colonos. (Houveram – onde)

7. Observe as frases abaixo.

- I. Gostamos das medidas propostas por este Departamento, porque elas vêm ao encontro de nossos interesses.
- II. Vimos, pelo presente, ratificar a informação anteriormente prestada por nosso funcionário.
- III. Não há consenso geral quanto à vultuosa quantia gasta naquela publicidade.
- IV. Este livro é para mim ou para eu ler e devolver?
- V. Sabíamos ser eminente o perigo de tsunamis naquela região.

Assinale a opção com a seqüência correta.

- a) I, II e IV.
- b) III e V.
- c) I, III e V.
- d) II e IV.

8. Observe as frases abaixo.

O Tratado de Kioto, mesmo limitado, é importante. Ele dá ao planeta um bom instrumento para a redução do aquecimento global. Os Estados Unidos são campeões da poluição. Eles não aderiram ao Tratado de Kioto.

Assinale a alternativa com o texto que, obedecendo à norma culta da língua, conserva as informações nelas contidas.

- a) Porque limitado, o Tratado de Kioto é importante, pois dá ao planeta um instrumento para redução do aquecimento global. Mesmo sendo campeões da poluição, os Estados Unidos não aderiram ao Tratado de Kioto.
- b) O Tratado de Kioto, mesmo limitado, é importante, porque dá ao planeta um bom instrumento para redução do aquecimento global. Os Estados Unidos, apesar de campeões da poluição, não aderiram a ele.
- c) Mesmo limitado, e apesar de os Estados Unidos não terem aderido a ele, o Tratado de Kioto é importante.
- d) O Tratado de Kioto é importante, mesmo limitado, porque contribuiu para a redução do aquecimento global. Os Estados Unidos são campeões da poluição, embora não tenham aderido a ele.

9. Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços, observando a regência dos verbos.

- I. No verão, viajar pelo litoral capixaba é o \_\_\_\_ mais gosto.
- II. Prefiro Vila Velha \_\_\_\_ Cariacica, porque lá moram meus pais.
- III. Visitando Cachoeiro do Itapemirim lembrei-me \_\_\_\_ Rubem Braga.
- IV. Eis um político \_\_\_\_ atuação podemos acreditar.

A opção que completa corretamente os espaços é:

- a) de que – a – de – em cuja
- b) que – a – de que – por cuja
- c) que – à – de – cuja
- d) de que – à – de – em cuja

10. Assinale a alternativa com a forma verbal que preenche corretamente as lacunas da frase.

Se Vossa Excelência \_\_\_\_\_ que o \_\_\_\_\_ melhor, \_\_\_\_\_ ter-se anunciado.

- a) desejasse – atendêssemos – deveria
- b) desejasse – atendamos – devereis
- c) desejais – atendermos – deveria
- d) desejais – atendêssemos - deveríeis

11. A concordância está **INCORRETA** na opção:

- a) Anexa ao pedido remeteremos a cópia solicitada.
- b) Exigem-se dos candidatos bons antecedentes.
- c) Marta chegou meia triste; ela mesmo pediu para retirar-se da reunião.
- d) No Rio de Janeiro o desemprego é grande, haja vista os mais de 300 mil candidatos a uma vaga de gari.

12. Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo a norma culta da língua.

- a) Minha casa está situada na rua mais movimentada deste bairro.
- b) Prefiro leitura a novela, cinema a futebol.
- c) Vou escutar-te desta vez, mesmo não acreditando em você.
- d) Assistir ao pôr-do-sol em Vitória é para poucos e bons.

**Observe o texto abaixo, para responder às questões 13 e 14.**

- 1 “A região onde hoje se encontra o Estado do Espírito Santo foi, no passado,
- 2 terra de índios valentes e guerreiros, que lutaram violentamente contra os
- 3 primeiros colonizadores, para manter o estilo de vida que conheciam e não se
- 4 deixaram subjugar pelos europeus que pretendiam transformá-los em escravos.”  
(In [www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/espitosanto.htm](http://www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/espitosanto.htm))

13. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Em que lutaram (linha 2) e que conheciam (linha 3) o *que* refere-se a índios valentes e guerreiros (linha 2).
- b) O verbo subjugar (linha 4) equivale a *dominar / vencer*.
- c) O vocábulo para, na terceira linha, introduz uma idéia de finalidade.
- d) As formas verbais lutaram (linha 2)/ deixaram (linha 4) e conheciam (linha 3)/ pretendiam (linha 4) encontram-se, respectivamente, no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo.

14. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Há ocorrência de ênclise, na última linha (transformá-los), sendo inadmissível a próclise, pois não há, nesse final, alguma palavra que atraia o pronome.
- b) Na linha 1, onde equivale a em que.
- c) O pronome relativo que, da última frase, pode ser substituído por os quais, sem prejuízo para a compreensão do texto.
- d) No texto há duas ocorrências de próclise (se, linhas 1 e 3); é inadmissível uma alteração na colocação desse pronome.

15. O voto na urna eletrônica no Brasil, foi implantado a partir de 1996 (eleições municipais). Com relação a urna eletrônica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A urna eletrônica é um microcomputador que serve para a votação, constituindo-se pelo Microterminal e pelo Terminal do Eleitor.
- b) As vantagens de se usar a urna eletrônica são: facilidade, rapidez e diminuição dos erros na votação, além de em poucas horas ficarmos sabendo quem são os vencedores.
- c) As funções do microterminal são: Controle do processo de votação; Habilitação de eleitores para a votação; e Monitoração do ciclo de votação.
- d) Os dados da votação serão gravados em CD's que servirá para a exportação dos dados daquela seção. Esse CD's, devidamente identificado, acompanhado dos documentos da votação (caderno de folhas de votação, ata da eleição e três vias do Boletim de Urna (B.U.)), será encaminhado para a Junta Eleitoral que, atestando a validade da votação, o liberará para a transmissão dos dados.

16. No Windows XP (versão português) é possível controlar o acesso aos recursos do sistema em função do grupo ao qual o usuário pertence. Analise as seguintes afirmações em relação as opções de “Permissão de Arquivos e Pastas”:

- I. A opção “Ler dados” permite ou nega a exibição de dados em arquivos.
- II. A opção “Criar arquivos” permite ou nega a criação de arquivos dentro da pasta.
- III. A opção “Gravar dados” permite ou nega a criação de pastas dentro da pasta.
- IV. A opção “Excluir” permite ou nega a leitura de permissões do arquivo ou pasta, como Controle total, de leitura e gravação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa III está correta.
- b) Somente a afirmativa IV está correta.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

17. Uma senha forte ajuda a manter seu computador mais seguro. Embora essa seja uma prática recomendada para todas as contas de usuários do computador, ela é especialmente importante para o acesso de rede e para a conta de administrador no computador. Com relação a Senhas no Windows XP (versão português), analise as seguintes afirmações:

- I. Uma senha ruim e fácil de ser desvendada é aquela que tenha pelo menos sete caracteres contendo: letras, números, símbolos (todos os caracteres não definidos como letras ou números).
- II. Senhas fortes e difíceis de serem desvendadas são importantes, pois as ferramentas e os computadores utilizados para a descoberta de senhas continuam sendo aprimorados.
- III. Senhas formadas por nomes de usuários, data de aniversário ou datas importantes são dificilmente desvendadas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa II está correta.
- b) Somente a afirmativa I está correta.
- c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.

18. Um dos recursos para o acesso seguro a rede de sua organização através de redes públicas é utilizar conexões do tipo:
- direta.
  - rede local.
  - rede virtual privada (VPN).
  - dial-up.
19. Com relação aos “Tipos de Índices” do editor de texto Microsoft Word 2003 (versão em português), analise as seguintes afirmações:
- O índice analítico é uma lista dos títulos de um documento. Pode ser utilizado para obter uma visão geral dos tópicos abordados em um documento.
  - O índice remissivo lista os termos e os tópicos abordados em um documento, juntamente com as páginas em que eles aparecem.
  - Para criar um índice de figuras, não é necessário especificar as legendas de figura que se deseja incluir.
  - Se for adicionada, excluída, movida ou editada as legendas você deverá forçar a atualização automática dos “índices de figuras”.

Assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
  - Somente a afirmativa III está correta.
  - Somente as afirmativas I e III estão corretas.
  - Somente a afirmativa II está correta.
20. Com relação aos “Relatórios de Tabelas Dinâmicas” da planilha eletrônica Microsoft Excel 2003 (versão em português), analise as seguintes afirmações:
- É uma tabela estática que você pode usar para resumir rapidamente grandes quantidades de dados, oferecendo comparações, relacionamentos, análise de tendências e uma única visão do mesmo conjunto de dados.
  - A sua criação é facilitada através de um Assistente de Tabela Dinâmica.
  - Para resumir os valores dos campos de dados, os relatórios de tabela dinâmica utilizam funções de resumo como Soma, Contagem ou Média.

Assinale a alternativa correta:

- Somente a afirmativa III está correta.
- Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I e II estão corretas.

**PROVA OBJETIVA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Assinale a proposição correta:

- a) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- b) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.
- c) em hipótese alguma a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, admite a pena de morte.
- d) são inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

22. Assinale a proposição **INCORRETA**:

- a) o brasileiro naturalizado é elegível aos cargos que a Constituição da República Federativa do Brasil não reservou aos brasileiros natos.
- b) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- c) a *escusa de consciência* só leva à perda dos direitos políticos se o escusante negar-se a cumprir a prestação alternativa. Todavia, qual a prestação alternativa, cabe à lei fixar.
- d) cabe às constituições estaduais definir os casos de inelegibilidade de prefeitos, vereadores, governador de estado e deputados estaduais.

23. Assinale a proposição correta:

- a) compete à União organizar e manter os serviços de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional e regional.
- b) compete à União legislar privativamente sobre procedimentos em matéria eleitoral.
- c) os documentos públicos podem ter fé recusada pelos Municípios, sempre que se afigurem estranhos diante da apreciação do agente público.
- d) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

24. Assinale a proposição correta:

- a) em Municípios de dez mil e um a cinqüenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- b) a decretação da intervenção federal nos Estados, por exemplo, dependerá, no caso de desobediência à ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Não cabe, destarte, ao Tribunal Superior Eleitoral requisitar a intervenção.
- c) é assegurada, em todo o território nacional, a inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.
- d) os estrangeiros não têm acesso aos cargos, empregos e funções públicas, que são reservados aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

25. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo, sendo considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador ou a Prefeito que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos – ou seja, o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos.
- II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos. O alistamento eleitoral é formalizado com o preenchimento do Requerimento de Alistamento Eleitoral – RAE –, formulário/documento que será utilizado, igualmente, nas operações de transferência de domicílio eleitoral, de revisão dos dados contidos no cadastro eleitoral e de emissão de segunda via do título eleitoral.
- III. A Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, de acordo com o art. 14, § 9.º da Constituição Federal, estabelece os casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, detalhando as situações/causas de inelegibilidade para qualquer cargo e inelegibilidades específicas (para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa; e para a Câmara Municipal), sendo da competência da Justiça Eleitoral conhecer e julgar as arguições de inelegibilidade.
- IV. No sistema eleitoral brasileiro, à obrigatoriedade do voto alia-se o seu sigilo. Nesse passo, a votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, cabendo à urna eletrônica a contabilização de cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade, garantida aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Somente os enunciados II e III são falsos.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.

26. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. O número de inscrição eleitoral compor-se-á de até 12 algarismos, assim discriminados: a) os oito primeiros algarismos serão seqüenciados, desprezando-se, na emissão, os zeros à esquerda; b) os dois algarismos seguintes serão representativos da unidade da Federação de origem da inscrição, cabendo ao Estado do Espírito Santo o código “14” (quatorze).
- II. O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz até 60 (sessenta) dias após a realização da eleição incorrerá em multa; para o eleitor que se encontrar no exterior na data da eleição, o prazo de justificativa será de 30 (trinta) dias, contados do seu retorno ao país. O pedido de justificativa poderá ser formulado em qualquer zona eleitoral, mas deverá ser sempre dirigido/endereçado ao juiz da zona eleitoral de inscrição do eleitor. O eleitor que se abster de votar em três eleições consecutivas – salvo se houver apresentado justificativa para a falta ou efetuado o pagamento de multa – terá sua inscrição cancelada, ficando excluídos do cancelamento os eleitores que, por prerrogativa constitucional, não estejam obrigados ao exercício do voto e cuja idade não ultrapasse 70 (setenta) anos.
- III. São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais. Quanto aos Tribunais Regionais Eleitorais: a) são compostos de dois Desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois Juízes de Direito; de um Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado, ou, não havendo, de Juiz Federal; e de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral; b) os Juízes pertencentes às Categorias “Desembargador” e “Juiz de Direito” são escolhidos mediante eleição, por voto secreto, pelo Tribunal de Justiça; o Juiz pertencente à Categoria “Juiz Federal” é escolhido pelo Tribunal Regional Federal; os Juízes pertencentes à Categoria “Jurista” são nomeados pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- IV. A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e a fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso. Utilizar-se-á, na votação, urna eletrônica, que exibirá ao eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias. Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- b) Somente os enunciados II e III são verdadeiros.
- c) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.

27. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. O art. 347 da Lei n. 4.737, de 15.7.1965, prevê pena de detenção e multa a quem recusar cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral, ou opor embaraço à sua execução. Cuida-se do crime de desobediência, e para a sua configuração não se faz necessária a existência de ordem judicial, direta e individualizada, expedida ao agente.
- II. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas dos partidos políticos, que devem refletir a real movimentação financeira e patrimonial das greis político-partidárias, inclusive os recursos aplicados em campanhas eleitorais. Nessa esteira, constituem obrigações dos partidos políticos, dentre outras, prestar contas à Justiça Eleitoral referentes ao exercício findo – prestação de contas anual – até o dia 30 de abril do ano seguinte; e remeter à Justiça Eleitoral, nos anos em que ocorrerem eleições, até o décimo quinto dia do mês subsequente, balancetes mensais de verificação referentes ao período de junho a dezembro, de acordo com o Plano de Contas do partido. A decisão do juiz eleitoral que versar sobre contas admite pedido de reconsideração e, ainda, recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, este no prazo de três dias da data da sua publicação.
- III. As multas previstas nas leis eleitorais, impostas por decisão de que não caiba recurso, serão inscritas e recolhidas na forma da lei, e serão destinadas ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos – Fundo Partidário – que é constituído por: a) multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; b) recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; c) doações de pessoas físicas ou jurídicas, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário; d) dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, em cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicado por trinta e cinco reais, em valores de agosto de 1995; e) recursos oriundos de fontes não identificadas, conforme disciplinado nas instruções relativas às prestações de contas dos partidos políticos e à tomada de contas especial.
- IV. O partido político, pessoa jurídica de direito público interno, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos definidos na Constituição Federal, sendo livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção, desde que seus programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Quanto à estrutura interna, organização e funcionamento, têm os partidos políticos autonomia para defini-las.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Somente os enunciados II e III são falsos.
- d) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.

28. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. Os veículos e embarcações devidamente abastecidos e tripulados, pertencentes à União, Estados, Territórios e Municípios e suas respectivas autarquias e sociedades de economia mista, excluídos os de uso militar, ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, em dias de eleição, para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, mas eventuais deficiências ou até mesmo a indisponibilidade desse transporte não eximem o eleitor do dever de votar.
- II. As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro, devendo ser acompanhadas dos extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha, dispensada a relação dos cheques recebidos e a indicação dos respectivos números, valores e emitentes. As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato. Ao final da campanha, ocorrendo sobra de recursos financeiros, esta deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, transferida ao partido – ou coligação, neste caso para a divisão entre os partidos que a compõem –, que deverão utilizar tais recursos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.
- III. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, dentre outras, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidade entre candidatos: nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos seis meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e) transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.
- IV. As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelas Corregedorias Geral e Regionais e, nas eleições municipais, pelo Juízo Eleitoral. A apuração e a punição de tais transgressões tem por objetivo proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Por outro lado, constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados I e IV são falsos.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- c) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- d) Somente os enunciados II e III são falsos.

29. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. É assegurado aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes facultado, nessa esteira, fixar, em seus estatutos, como condição de elegibilidade, prazo mínimo de filiação superior a um ano. De igual modo, as normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto partidário.
- II. A propaganda, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, mencionará sempre a legenda partidária e só poderá ser feita em língua nacional, não devendo empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais, emocionais ou passionais. Fazer propaganda eleitoral, qualquer que seja sua forma, em língua estrangeira é crime previsto no Código Eleitoral, apenado com detenção e multa.
- III. Para os efeitos penais, são considerados membros e funcionários da Justiça Eleitoral: os Magistrados que, mesmo não exercendo funções eleitorais, estejam presidindo Juntas Apuradoras ou se encontre no exercício de outra função por designação de Tribunal Eleitoral; os cidadãos que temporariamente integram órgãos da Justiça Eleitoral; os cidadãos que hajam sido nomeados para as Mesas Receptoras ou Juntas Apuradoras; os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral.
- IV. São preclusivos os prazos para a interposição de recurso eleitoral, salvo quando neste se discutir matéria constitucional. Ademais, sempre que lei não fixar prazo especial, os recursos devem ser interpostos em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho; sob outro prisma, a execução de qualquer acórdão da Justiça Eleitoral será feita imediatamente, o que importa dizer que os recursos eleitorais não têm efeito suspensivo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- b) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- c) Somente os enunciados II e III são falsos.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.

30. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. Seguindo a orientação da Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, pode-se afirmar que: a) são inelegíveis os servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, que não se afastarem até 3 (três) meses antes do pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais; b) são inelegíveis os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social; c) como regra, o prazo de desincompatibilização para concorrer a Prefeito e Vice-Prefeito é 4 (quatro) meses; d) como regra, o prazo de desincompatibilização para concorrer para Vereador é 6 (seis) meses.
- II. A Secretaria de Administração do Tribunal Superior Eleitoral fará a distribuição do Fundo Partidário obedecendo aos seguintes critérios: a) dez por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos definitivamente registrados no Tribunal Superior Eleitoral; b) noventa por cento do total do Fundo Partidário será distribuído aos partidos com direito a funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. Outrossim, tendo ocorrido fusão ou incorporação de partidos, os votos obtidos por eles, na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, devem ser somados para efeito de funcionamento parlamentar, distribuição de recursos do fundo e acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- III. Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas dos partidos, com ou sem auxílio de técnicos requisitados (haja vista a possibilidade de a Justiça Eleitoral, para efetuar o exame das prestações de contas anuais dos partidos políticos, requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, e de tribunais e conselhos de contas dos municípios, mediante solicitação formal a seus titulares a ser firmada, conforme a jurisdição, pelos presidentes do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais), julgando-as: a) aprovadas, quando regulares; b) desaprovadas, quanto constatadas falhas que, examinadas em conjunto, comprometem a regularidade das contas.
- IV. O alistamento eleitoral se faz mediante a qualificação e a inscrição do eleitor. Para o alistamento eleitoral, o requerente apresentará um dos seguintes documentos do qual se infira a nacionalidade brasileira: a) carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional; b) certificado de quitação do serviço militar; c) certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil; d) instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 (dezesseis) anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação. A apresentação do certificado de quitação do serviço militar é obrigatória para os maiores de 18 (dezoito) anos, do sexo masculino. Ainda, é facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 (dezesseis) anos até a data da eleição, inclusive.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- c) Somente os enunciados II e III são verdadeiros.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.

31. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. O título eleitoral será emitido, obrigatoriamente, por computador e dele constarão, em espaços próprios, o nome do eleitor, a data de nascimento, a unidade da Federação, o município, a zona e a seção eleitoral onde vota, o número da inscrição eleitoral, a data da emissão, a assinatura do juiz eleitoral (ou a chancela do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, quanto utilizada a emissão *on-line* de títulos), a assinatura do eleitor ou a impressão digital de seu polegar, bem como a expressão “segunda via”, quanto for o caso. O título será entregue pessoalmente ao eleitor ou a terceiro autorizado, no cartório eleitoral ou em posto de alistamento.
- II. Os eleitores nomeados para compor as Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e os requisitados para auxiliar seus trabalhos serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer vantagem, pelo triplo dos dias da convocação.
- III. Reza o art. 356 do Código Eleitoral: “Todo cidadão que tiver conhecimento de infração penal deste Código deverá comunicá-la ao Juiz Eleitoral da Zona onde a mesma se verificou” (quando a comunicação for verbal, mandará a autoridade judicial reduzi-la a termo, assinado pelo apresentante e por duas testemunhas, e a remeterá ao órgão do Ministério Público local). As infrações penais definidas no Código Eleitoral são, como regra, de ação pública. Na hipótese de calúnia, difamação e injúria em propaganda eleitoral – tipificadas como crime no Código Eleitoral –, há ainda a possibilidade do exercício de direito de resposta, não cabendo, contudo, reparação por dano moral.
- IV. Na aplicação da lei eleitoral, o Juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo. Contudo, na votação, se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do País nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais, ou do Município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações, e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados I e IV são verdadeiros.
- b) Somente os enunciados II e III são falsos.
- c) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- d) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.

32. Leia com atenção os enunciados abaixo:

- I. Constitui captação de sufrágio, vedada pela Lei n. 9.504, de 30.9.1997, o candidato doar, oferecer, prometer ou entregar, ao eleitor, com fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa e cassação do registro ou do diploma; ainda, constitui crime eleitoral, tipificado na Lei n. 4.737, de 15.7.1965, dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.
- II. Na distribuição de vagas legislativas – eleição proporcional – aplicam-se duas fórmulas, denominadas quociente partidário e quociente eleitoral, quais sejam: quociente partidário é o resultado da divisão do número de votos válidos apurados pelo número de lugares a preencher, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um se superior; quociente eleitoral – que é determinado para cada partido ou coligação – é o resultado da divisão do número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração, pelo quociente partidário.
- III. A Mesa Receptora de Votos é constituída de um Presidente, um Primeiro e um Segundo Mesários, dois Secretários e um suplente, nomeados pelo Juiz Eleitoral sessenta dias antes da eleição. No dia da eleição, a partir das 7 (sete) horas, reunir-se-á a Mesa Receptora para organizar a Seção Eleitoral e o respectivo material, uma vez que a votação tem início às 8 (oito) horas, encerrando-se às 18 (dezoito). Às 18 (dezoito) horas, havendo eleitores aguardando para votar, o Presidente da Mesa Receptora distribuirá senhas, convidando-os a entregarem seus títulos eleitorais, quando serão admitidos a votar e, tão logo tenha o eleitor votado, seu documento lhe será devolvido.
- IV. Os funcionários de qualquer órgão da Justiça Eleitoral não poderão pertencer a Diretório de partido político ou exercer qualquer atividade partidária, sob pena de demissão; por conseguinte, são inelegíveis, uma vez que não atendem à exigência da filiação partidária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente os enunciados II e III são falsos.
- b) Os enunciados I, II, III e IV são verdadeiros.
- c) Os enunciados I, II, III e IV são falsos.
- d) Somente os enunciados I, II e IV são verdadeiros.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva, tanto em relação aos usuários como em relação aos não usuários do serviço público.
- b) De acordo com pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o vínculo existente entre o servidor público e a Administração é de direito público, cujo conteúdo vem definido em lei. Por isso, nenhum servidor público possui direito adquirido a regime jurídico.
- c) Consoante entendimento sedimentado no Supremo Tribunal Federal, o abono de férias é parcela acessória que deve ser paga sempre que cumpridas, pelo servidor público, as condições impostas pela lei, independentemente do efetivo gozo do descanso anual, em razão do caráter alimentar da verba.
- d) Prescreve em 03 (três) anos a ação de desapropriação indireta a qual, por se tratar de direito real, submete-se às determinações do Decreto nº 20.910/32.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) Diz-se “reversão” o ato de incorporação dos bens da concedente ao patrimônio da concessionária, ao cabo da concessão, seja qual for a hipótese da extinção da avença.
- b) Concessão de serviço público é espécie de ato administrativo pelo qual o Poder Público transfere a outra pessoa jurídica, pública ou privada, a execução de determinados serviços, para que os execute em nome da Administração Pública e por sua conta e risco.
- c) Em regra, exige a Lei nº 8.666/93 (Lei das licitações), nos casos de doação de bens públicos a particular, prévia licitação. Inobservada esta norma deverá a Administração Pública, sempre e obrigatoriamente, instaurar o devido processo administrativo, oportunizando ampla defesa e contraditório ao donatário, uma vez que é vedado à Administração, por expressa dicção empregada na Lei nº 9.784/99, anular seus próprios atos, mesmo quando eivados de nulidade.
- d) A ocupação precária de logradouros públicos como se verifica, por exemplo, com os vendedores ambulantes instalados ao longo do passeio público, não tem o condão de gerar direito adquirido, submetendo-se o ocupante ao arbítrio da Administração.

35. Assinale a alternativa correta:

- a) Diz-se “encampação” a retomada do serviço público concedido, antes de terminado o prazo da concessão, em decorrência da rescisão unilateral do contrato. Se a rescisão unilateral verificar-se sem culpa do concessionário, caberá indenização.
- b) Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/98, não pariam mais dúvidas a respeito do regime jurídico das autarquias, que passou a ser o de direito privado. Todavia, excepcionalmente, o regime de seus bens ainda permanece regulado pelo direito público.
- c) “Aprovação” é ato administrativo amplamente vinculado, consistente em examinar os pressupostos de validade de outro ato administrativo, anterior, emanado de autoridade que possui hierarquia inferior.
- d) Às autarquias não se aplicam os prazos processuais em dobro ou em quádruplo, quando se tratar de recurso ou contestação.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) Se, como cediço, os atos administrativos são desde logo imperativos e podem ser exigíveis, há de militar em seu favor a presunção absoluta de legalidade. Assim, mesmo que o ato seja impugnado na esfera judicial pelo administrado, caberá a ele (administrado) a comprovação da nulidade da emanção do provimento administrativo.
- b) De acordo com a “teoria dos motivos determinantes”, os motivos que determinaram a vontade do agente, isto é, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato.
- c) Em relação aos bens públicos, a “autorização de uso especial” para fins comerciais, prevista no art. 9º da Lei nº10.257/2001 – Estatuto da Cidade –, deve obrigatoriamente ser deferida pela Administração Pública, uma vez preenchidos os requisitos legais caracterizando-se, pois, como ato administrativo vinculado, eis que se trata de direito público subjetivo do administrado.
- d) De conformidade com a moderna doutrina do direito administrativo, efetividade e estabilidade do servidor público passaram a ser, após a emenda constitucional nº 19/1998, expressões sinônimas.

37. É correto afirmar:

- a) se o réu não nomeia à autoria, quando for o caso, responde por perdas e danos.
- b) a denúncia da lide pode ser feita apenas pelo réu, e é obrigatória.
- c) a assistência pode ser provocada pelo autor ou pelo réu.
- d) a oposição pode ser proposta no processo de conhecimento e no de execução, mas não no cautelar.

38. É correto afirmar:

- a) os embargos de declaração suspendem o prazo recursal para o embargante.
- b) os embargos infringentes não podem ser interpostos contra acórdão não unânime em mandado de segurança.
- c) o recurso cabível contra o ato judicial que indefere de plano a petição de reconvenção é a apelação.
- d) o prazo da apelação é de 30 dias quando a sentença condena apenas um dos litisconsortes, havendo procuradores diferentes para cada litisconsorte.

39. Assinale a alternativa correta

- a) as nulidades dos negócios jurídicos podem ser acolhidas pelo juiz apenas se suscitadas pelas partes.
- b) a fraude contra credores, diferentemente da fraude de execução, importa em anulação do negócio.
- c) o erro não escusável justifica a anulação do negócio jurídico.
- d) a lesão autoriza a resolução do negócio jurídico.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) os contratos instantâneos não diferidos podem ser anulados em caso de onerosidade excessiva superveniente.
- b) o contrato preliminar, deve observar a mesma forma do contrato principal, sob pena de nulidade.
- c) a cessão de contrato, regulada pelo Código Civil, é possível apenas em negócios jurídicos bilaterais simples, mas não nos sinalagmáticos.
- d) ressalvadas as exceções legais, a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, sem necessidade de interpelação, protesto ou notificação.

41. Assinale a assertiva correta:

- a) Segundo o Código Penal, o erro sobre elemento do tipo isenta de pena quem por erro plenamente justificável pelas circunstâncias, supõe de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- b) As penas restritivas de direito não são autônomas e substituem as privativas de liberdade em determinados casos.
- c) Segundo o Código Penal, concurso material é quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não. Já o concurso formal é quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- d) Conforme o Código Penal, nos crimes cometidos com ou sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

42. Assinale a assertiva correta:

- a) De acordo com o Código Penal, nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- b) Em sede de ação privada, havendo mais de um querelado se concedido o perdão no processo ou fora dele, a um deles, os demais não poderão se beneficiar do referido perdão.
- c) Conforme o Código Penal, a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro se estende a este.
- d) Em conformidade com o Código Penal, o juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos desde que preencha determinados requisitos.

43. Conforme o Código de Processo Penal, assinale a assertiva correta:

- a) A lei processual penal não admite interpretação extensiva ou aplicação analógica.
- b) No Código de Processo Penal foi adotado a regra da territorialidade, enquanto que no Código Penal foi adotado o sistema da extraterritorialidade.
- c) O Código de Processo Penal é aplicado em todo o território brasileiro, sem ressalvas.
- d) A lei processual penal é aplicada desde logo, não respeitando o prazo da *vacatio legis*.

44. É correto afirmar, em conformidade com o Código de Processo Penal, que:
- a) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito para a autoridade policial em qualquer situação, não havendo ressalvas.
  - b) A ação penal poderá ser suspensa se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas. Já no caso do reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa do estado civil das pessoas, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal deverá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender o curso do processo.
  - c) É sabido que em sede de ação penal tem-se as ações penais públicas e as ações penais privadas, sendo que aquelas dividem-se em condicionadas e incondicionadas. Por conseguinte quando há interesse da União do Estado e do Município, ou quando envolve patrimônio de um ou de outro, a ação penal sempre será pública incondicionada.
  - d) Quando a infração deixar vestígios, é dispensável o exame de corpo de delito, tanto direto como indireto, se o acusado confessar.
45. Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos é **INCORRETO** afirmar:
- a) O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso de exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente ocupe, caso em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
  - b) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.
  - c) É vedada a acumulação, vedação que se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.
  - d) É vedada a acumulação, exceto quando, independentemente dos horários, forem os casos de: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro cargo, técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissão regulamentada.

46. Relacione os cargos do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo indicados na coluna A com as respectivas atribuições e competências dentre aquelas atribuições e competências constantes da coluna B:

<b>Coluna A</b>	<b>Coluna B</b>
I. Presidente	( ) investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso normal.
II. Vice-Presidente	( ) superintender os serviços da Secretaria e das Zonas Eleitorais.
III. Procurador Regional Eleitoral	( ) promover a ação penal nos crimes eleitorais. ( ) marcar data de eleições suplementares.
IV. Corregedor Regional Eleitoral	( ) acompanhar os inquéritos contra Juízes Eleitorais. ( ) aplicar aos servidores das zonas eleitorais pena disciplinar de advertência, censura ou suspensão. ( ) substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta, da esquerda para a direita, para a melhor relação de cima para baixo na coluna **B**:

- a) IV, IV, III, I, II, III, II.
- b) III, I, IV, II, III, I, II.
- c) IV, I, III, I, III, IV, II.
- d) III, II, III, IV, IV, I, II.

47. Em caso de consulta, o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo:

- a) somente conhecerá da consulta se sobre matéria de sua competência e se a consulta for feita por autoridade pública ou órgão de direção nacional ou regional de partido.
- b) conhecerá da consulta independentemente do seu autor, em matéria de sua competência, em face do respeito ao princípio constitucional do livre acesso ao Poder Judiciário.
- c) não conhecerá da consulta porque não cabe ação ou consulta contra lei em tese.
- d) não conhecerá da consulta em caso de matéria que não seja da sua competência, remetendo os autos para o Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

48. Inassiduidade habitual é:

- a) a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- b) a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- c) a falta ao serviço, ainda que com causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 2 (dois) anos.
- d) a falta ao serviço, sem causa justificada, por 15 (quinze) dias consecutivos ou por 60 (sessenta) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

49. Assinale a alternativa correta.

A dispersão espacial diz respeito a(s):

- a) unidades estratégicas de negócios/filiais que se encontram dispersas geograficamente e sem vínculo com a matriz.
- b) diferenciação vertical da estrutura organizacional.
- c) diferenciação horizontal da estrutura organizacional.
- d) unidades estratégicas de negócios/filiais que se encontram dispersas geograficamente com vínculo na matriz.

50. Assinale a alternativa correta.

Os componentes do ambiente direto das organizações que influenciam diretamente a função administrativa denominada de planejamento estratégico são:

- a) clientes, economia, órgãos regulamentadores e demografia.
- b) concorrentes, clientes, fornecedores e ecologia.
- c) fornecedores, clientes, órgãos regulamentadores e demografia.
- d) clientes, concorrentes, fornecedores, órgãos regulamentadores.